

2011/01/17

A EVOLUÇÃO DA POSTURA ESTRATÉGICA DA NATO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

Este artigo apresenta algumas breves reflexões sobre a evolução recente da postura estratégica da NATO em que incluo uma breve análise do que o conceito estratégico aprovado em Lisboa diz sobre o papel que a Aliança deverá desempenhar no futuro. Isso permitirá concluir, espero eu, se esse papel configura ou não uma nova missão ou novas tarefas, confirmar se o propósito se alterou e, em caso afirmativo, identificar qual é a nova finalidade. Devo

esclarecer que o que direi é apenas fruto de uma interpretação e análise pessoal crítica, evidentemente aberta a discussão, o que presumo será, pelo que me cabe, o principal interesse desta iniciativa.



Sugiro chegar a esse objectivo através um exercício de comparação com o que disseram os dois anteriores conceitos, já aprovados depois do fim da Guerra Fria, sobre a missão da NATO e das suas tarefas. Julgo que é essa a melhor forma de tentar perceber como a NATO tem evoluído desde então. Deixo de fora desta análise os quatro conceitos aprovados durante a Guerra Fria (1949, 1952, 1957 e 1968) que, ao contrário do que acontece presentemente, não eram tornados públicos.

Em teoria, a missão da NATO não é alterável; é a que decorre do Tratado do Atlântico que não esteve nem se calcula que venha a estar sob revisão. Continua a ser «salvaguardar a liberdade e segurança de todos os membros por meios políticos e militares», sob a reafirmação da natureza de NATO como Aliança de defesa colectiva nos termos do artigo 5º do Tratado.

Quanto à forma como essa missão deve ser executada e que tarefas devem dela ser deduzidas, a situação é diferente. Como veremos, a formulação das tarefas tem variado, quer na terminologia usada, quer no seu conteúdo, embora mantendo o compromisso de defesa colectiva como o principal elo de união entre os seus membros.

Proponho, portanto, tentar identificar a evolução do papel da NATO e perceber as mudanças na orientação estratégica adoptada, através de uma análise da forma como as tarefas têm sido redigidas. É mais difícil do que sugere o facto de os conceitos estratégicos, a partir do fim da Guerra Fria, se terem tornado públicos. Ao contrário do que se imaginaria á primeira vista, é precisamente nesse ponto que reside a dificuldade; ao tornaram-se documentos abertos, os conceitos estratégicos tiveram que passar a servir também o propósito de mobilização das opiniões públicas e de passar mensagens políticas, ou seja, assistir finalidades específicas do âmbito da “diplomacia pública”. Inevitavelmente, com esta circunstância, a ambiguidade própria de um contexto de segurança que entretanto se tornara de evolução difícil de prever e avaliar, agravou-se ainda mais.

Tendo presente esta dificuldade, começo pelo conceito de 1991, aprovado em cima do fim da Guerra Fria, cerca de um mês antes da dissolução da União Soviética. Depois de descrever o ambiente de segurança resultante das drásticas alterações políticas ocorridas na Europa Central e do Leste, a partir de 1989, o documento enumerava várias preocupações de que destaco as seguintes duas:

Primeira preocupação, a manutenção de um ambiente seguro na Europa. Receava-se a sua vulnerabilidade às circunstâncias adversas da instabilidade e situação de crise em que então se encontravam vários países da Europa Central e do Leste, embora se reconhecesse também ter ficado menos ameaçado pelo risco de uma agressão contra a sua integridade territorial. Nesta avaliação estava implícita, embora sem o referir expressamente, a necessidade de continuação da presença americana na Europa;

Segunda preocupação, a necessidade de preservar o equilíbrio estratégico. Este objectivo procurava atender, também sem o mencionar, às preocupações então existentes sobre a União Soviética, quer na área do seu poder militar residual, mesmo assim ainda importante, quer na incerteza do percurso político que poderia seguir.

O parágrafo 10 do conceito, que passo a citar, traduzindo da versão inglesa, é perfeitamente explícito: “Os riscos e incertezas que acompanham o respectivo processo de mudança na União Soviética não podem ser vistos separados do facto de que as suas forças convencionais são significativamente maiores do que as de qualquer outro Estado europeu e que o seu arsenal nuclear só é comparável

com o dos EUA. Se a estabilidade e segurança da Europa tem que ser preservada estas capacidades não podem deixar de ser tidas em conta”.

Oito anos depois, na Cimeira do Cinquentenário da NATO, em Washington, as preocupações de segurança passaram a pôr-se em termos diferentes. Altera-se quase radicalmente o discurso em relação à Rússia a quem se passa a reconhecer um papel único na segurança Euro-Atlântica e confirma-se o seu envolvimento no compromisso mútuo de construção de uma Europa estável, pacífica e unida.

Abre-se o precedente das intervenções no exterior para fins humanitários e de prevenção de conflitos, portanto fora do contexto de defesa. Passa a pôr-se ênfase em garantir «a segurança e estabilidade na área euro-atlântica», com duas vertentes principais de actuação:

A participação na gestão de crises e conflitos, em conformidade com o artigo 7º do Tratado, que formaliza a responsabilidade primária do Conselho de Segurança das Nações Unidas na manutenção da paz e estabilidade no mundo; e

O estabelecimento de parcerias com países da área euro-atlântica, com a finalidade de aumentar a transparência, confiança mútua e capacidade de acção conjunta da Aliança.

Há três alterações significativas que o conceito aprovado em Lisboa veio agora introduzir nesta concepção das intervenções no exterior:

Primeira alteração: removeu-se a referência ao artigo 7º do Tratado. Não pretendo concluir que com esta alteração a NATO tenha decidido deixar de ter em conta o preceito que esse artigo estabelece ou que tenha deixado de reconhecer a importância do quadro de consultas, diálogo e cooperação a que as duas organizações se comprometeram através da declaração conjunta de 23 de Setembro de 2008. Estou apenas a referir uma alteração de facto entre os dois conceitos;

Segunda alteração: removeu-se a delimitação geográfica que enquadrava, no anterior conceito, a forma de encarar as intervenções no exterior, isto é que as limitava à área euro-atlântica. Não havendo qualquer menção de restrição geográfica, passou a poder abranger todo o mundo;

Terceira alteração: acrescentou-se a nova tarefa de “segurança cooperativa”, que é introduzida sob a alegação de que (passo a citar) a “Aliança poder ser afectada por, e poder afectar (permitam-me sublinhar a expressão “poder afectar”) desenvolvimentos políticos e de segurança fora das suas fronteiras”.

Esta alteração significa, na minha interpretação, que, ao contrário do que previa o anterior conceito, a concepção do emprego da capacidade de intervenção no exterior deixou de se limitar apenas a quando e aonde for requerido pela segurança dos estados membros. O assunto ficou perfeitamente claro, quando o conceito passou a prever (cito de novo) «o envolvimento activo da Aliança na melhoria da segurança internacional, através, entre outras medidas, de parcerias com os países que sejam relevantes e outras organizações». Outra forma de dizer que a NATO pretende encarar os desafios das novas ameaças sob uma perspectiva tão multilateral quanto possível, num esforço sustentado de reduzir os riscos de guerra no mundo.

Com isto, na minha opinião, parece ter-se encerrado o debate principal, que precedeu a elaboração do conceito, sobre se a NATO deveria manter-se como uma organização de defesa colectiva, essencialmente regional, ou como uma organização global, com a tarefa de ajudar a formar, de forma activa, um arranjo de segurança à escala mundial que minimize as possibilidades de os interesses dos estados membros serem afectados.

Na minha leitura, concluo que malgrado o reconhecimento formal de que a NATO é uma Aliança Regional não se esclareceu se eventuais intervenções num âmbito global, que não ficaram excluídas, se situam no campo das “Responsabilidades” ou no campo da defesa dos “Interesses”. Está longe ser indiferente uma coisa ou outra, não obstante poucos reconheçam a diferença e usem os dois termos indiferentemente. Passo a explicar porquê.

Falar na defesa de “Interesses” inclui a ideia de que devemos estar preparados para intervir onde surjam conflitos e crises que se possam repercutir negativamente sobre interesses a preservar. Esta tema é hoje perfeitamente consensual, como aliás comprova a prioridade atribuída à organização das forças para intervenções no exterior, geralmente designada por capacidade expedicionária.

A ideia de “Responsabilidades” é muito diferente porque entra num campo que visualizo apenas no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas e que implica um compromisso que não

vejo estarem os europeus dispostos a assumir: o compromisso pela manutenção da paz e estabilidade no mundo, ou seja, preservar a actual ordem mundial.

Na minha interpretação, a forma como o conceito está redigido deixa em aberto esta segunda vertente de actuação. Quando, ao falar de segurança cooperativa, se refere que a Aliança envolver-se-á activamente em melhorar a segurança internacional, através de parcerias com os países e organizações relevantes, está a estabelecer-se um compromisso, ou seja a assumir uma responsabilidade.

Se isso é ou não compatível com a manutenção do compromisso de defesa colectiva, a essência do propósito da Aliança, é o que veremos. Existe o receio de que tanta tónica na dimensão global, quando só um dos seus membros tem essa dimensão, levará a acentuar a dificuldade de distinção entre o que é o interesse colectivo e o interesse desse país, como ficou demonstrado, por exemplo, na Guerra do Iraque e está subjacente na questão do envolvimento europeu no Afeganistão.

Se, a prazo, vier a verificar-se que não é compatível, como eu julgo, então espero que a União Europeia, por essa altura, já tenha conseguido organizar e concretizar o que o Tratado de Lisboa prevê no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (a definição gradual de uma política de defesa comum).

É, aliás, nesta última - calculo eu - que, no futuro, vai, ou pelo menos devia, residir, em primeira instância, a responsabilidade, primária mas não exclusiva, pela segurança e defesa europeia, desfecho que aliás, não só não é incompatível como será essencial para a continuação da NATO. Tudo está dependente, no entanto, de conseguir fazer evoluir a Europa de modo a dar ao relacionamento transatlântico uma dimensão útil na área da Defesa, para ambas as partes.

Se isso não for atingido, tornar-se-á crescentemente difícil conseguir o interesse prático dos EUA em manter o seu compromisso de envolvimento na segurança e defesa da Europa, que é a área do mundo onde têm menores preocupações de segurança. Convinha ter presente que é desse desenvolvimento que, por sua vez, depende, praticamente em exclusivo, a sobrevivência da NATO. O que isto significa na prática é que, ao contrário do que sucedia na Guerra Fria, o futuro da NATO está hoje muito mais nas mãos dos europeus do que nas mãos dos americanos.

Gostaria de completar estes comentários com uma referência à parceria NATO/União Europeia, área em que a NATO também tem alterado a sua postura, e uma menção à parceria com a Rússia, onde há alguns aspectos complementares a assinalar.

Começo pela União Europeia, destacando o maior relevo que o novo conceito lhe atribui. Realço também a referência específica ao Tratado de Lisboa como o quadro que vai permitir à Europa reforçar as suas capacidades de defesa e na base do qual a NATO declara pretender desenvolver a cooperação futura.

É uma demarcação drástica da visão que o conceito estratégico de 1999 consagrava; acaba com a concepção restritiva do desenvolvimento da identidade de segurança e defesa europeia dentro do quadro da Aliança, visão que, aliás, vinha do conceito de 1991, embora então ainda sem os mecanismos criados durante a administração Clinton.

Refiro-me, por exemplo, ao chamado “Critério dos Três Ds” (“No Duplication”, proibindo a duplicação de estruturas e meios, “No Discrimination”, exigindo um tratamento idêntico dos países não pertencentes simultaneamente à NATO e à UE, e “No Decoupling”, obrigando a uma total transparência entre as duas organizações) e ao Princípio “NATO First”. Este Princípio, que se destinava a garantir que a NATO teria sempre a prioridade de decidir se interviria ou não, mostrou-se excessivo por impor uma obrigação onde bastaria esperar que funcionasse a sensatez e a lógica; é óbvio que, em princípio, os europeus encararão eventuais intervenções exteriores sempre primariamente no âmbito da NATO onde terão o apoio dos EUA.

Dou como positiva a evolução verificada, mas julgo terem ficado a faltar indicações sobre o que há a fazer nesta área, algumas das quais, aliás, tinham sido mencionados no Relatório do Grupo de Peritos, designadamente ao reconhecer que a UE necessita de reforçar as suas estruturas de comando. Parece-me óbvio, há já algum tempo, que duas organizações com propósitos e filosofias de actuação diferentes possam partilhar a mesma estrutura de comando sob o argumento de que é preciso evitar duplicações de meios e estruturas. Aliás, já o anterior secretário-geral reconhecia que os mecanismos existentes para fazer funcionar a cooperação no terreno, designadamente o Acordo “Berlim Plus”, não serviram o propósito esperado, sendo, portanto, necessários novos arranjos.

O Acordo Berlim-Plus tinha sido concebido para operações em que a NATO recusasse envolver-se ficando a UE a actuar sozinha, portanto, com a totalidade da estrutura do SACEUR disponível. Na prática, salvo o caso da primeira intervenção da UE, todas as outras ocorreram em simultâneo e não como alternativa ao envolvimento NATO. Acresce, segundo um Relatório do Parlamento Europeu, que o processo de decisão de transferência de responsabilidade do âmbito NATO para o da UE, pela Operação Amber de intervenção na Macedónia, demorou dezoito meses.

Mesmo sem referir detalhes, teria sido desejável que pelo menos se dessem alguns sinais sobre o sentido das mudanças necessárias para criar novas bases de cooperação. Um dos pontos que precisa de ser esclarecido é a ideia de complementaridade das duas organizações no campo da defesa e segurança, um conceito que é útil para organizar o esforço comum em função da situação existente mas que além de não ter em conta o caminho mais “afirmativo” que o Tratado de Lisboa consagra também não suscita uma dinâmica de mudança, como seria necessário. Precisamente ao contrário, tende a eternizar as diferenças existentes em vez de fomentar uma evolução no sentido da aproximação.

Não se sabe ao certo, aliás, de que tipo de complementaridade se está a falar: se é geográfica, implicando atribuição separada de áreas de responsabilidade, ou se é funcional, configurando uma divisão de tarefas (hard power versus soft power). Esta segunda modalidade, além de dificilmente aceitável em termos políticos e indesejável em termos práticos, põe sob risco o espírito de partilha de riscos e compromissos onde a Aliança vai buscar a razão de ser e força da sua existência.

Em vez de procurarmos desconflitar os papéis de cada organização, através de uma delimitação dos seus campos de acção, seria bem mais útil tentar juntá-las num projecto comum, com as respectivas estratégias devidamente coordenadas.

O assunto da parceria com a Rússia, com que concluo esta análise, ficou circunstancialmente ligado com a questão da defesa anti-míssil embora a transcenda. Vou referir ambos embora telegraficamente.

O ponto de merecido destaque é a promessa de trabalho em favor de uma cooperação baseada nos princípios da confiança recíproca, transparência e reciprocidade, neste caso reforçadas pelos passos concretos de apoio dados por Moscovo no Afeganistão e por um clima de maior abertura diplomática.

Mas esta promessa já constava, praticamente com o mesmo peso, no conceito de 1999, quando referia que (passo a citar) «a Rússia e a NATO acordaram dar substância concreta ao seu compromisso partilhado de construir uma Europa estável, pacífica e sem divisões».

Quase nada aconteceu, como se sabe. Poderá, desta vez, haver qualquer progresso?

Na minha avaliação, não me parece que a Rússia tenha mudado a sua postura de reserva e desconfiança em relação ao percurso da NATO ou que tenha alterado a forma de encarar os problemas de proliferação nuclear de uma forma muito diferente da visão americana. Mas, em qualquer caso, há, de facto, uma alteração, embora limitada e sobretudo condicionada.

Moscovo está a mostrar-se disponível para “esperar para ver” o que o novo conceito estratégico pode ajudar a trazer de novo em termos de melhorar o processo de consultas e cooperação prática nas áreas de interesses partilhados e funcionamento do Conselho NATO/Rússia.

É uma mudança importante porque, implicitamente, reconhece que há espaço para procurar um relacionamento mais eficaz e à altura das pretensões de a Rússia ser ouvida como uma igual.

Se virá ou não a ser assim vai depender das conversações que se seguirão e, entre outros aspectos, do teste das discussões sobre a defesa anti-míssil, incluindo a continuação do diálogo na avaliação da ameaça de mísseis balísticos e o desenvolvimento de uma análise conjunta para a definição de um futuro quadro de cooperação.

Um marco importante desse processo será a discussão do plano que vai ser entretanto elaborado para apresentação aos ministros da Defesa, plano que definirá os passos a dar para a Europa passar a ter protecção anti-míssil territorial e explorará as possibilidades de cooperação com a Rússia.

Será a partir daí que se clarificarão as hipóteses de a Rússia participar e de os europeus aprovarem a arquitectura do sistema através da qual a NATO integrará os meios de alerta, de detecção e de intercepção já existentes ou a adquirir a nível nacional por cada um dos estados membros.

O que temos nesta área, portanto, é uma espécie de situação em suspenso. Estamos no princípio de um caminho que ainda vai exigir muito esforço de harmonização de interesses. Se houver sucesso, então, sim, poderá ser legitimamente reclamado que o novo conceito estratégico concretizou um passo histórico da evolução da NATO. Antes disso será prematuro falar de um novo fim da Guerra Fria, como alguns fizeram na euforia que se seguiu à aprovação do conceito. Talvez em Março, por ocasião da reunião de ministros da Defesa, possamos ficar com uma ideia mais precisa e objectiva daquilo com que podemos contar, quando então for discutida a organização de comando e controlo para o sistema de defesa anti-míssil e em Junho for aprovada o esquema final do sistema.

[1] Texto correspondente a uma conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, a 14 Janeiro 2011, a convite da Secção de Ciências Militares da Comissão de Relações Internacionais.

109 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/05/23

AS DECLARAÇÕES FINAIS DA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/14

“SMART DEFENCE” NA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/05

A CIMEIRA DE CHICAGO E O RELACIONAMENTO TRANSATLÂNTICO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/04/07

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA, DEPOIS DE LISBOA

Alexandre Reis Rodrigues

2012/03/28

A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

João Pires Neves[1]

2012/03/24

A CIMEIRA DE CHICAGO: RUMO AO FUTURO

Pedro Santos Jorge[1]

2011/10/14

A NATO E A PCSD DA UE, NO PÓS LÍBIA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/07/22

DISSUAÇÃO SEM ARMAS NUCLEARES? (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2011/05/24

A EXPANSÃO DA OTAN NA ÁSIA E SUAS IMPLICAÇÕES (RÚSSIA, CHINA E ÍNDIA)

Arthur Sá Anunciação[1]

2011/05/09

ESTUDOS SOBRE O FUTURO DO FENÓMENO DA GUERRA

João Nunes Vicente[1]

2011/04/25

ESTRATÉGIA DA NATO E SEGURANÇA MARÍTIMA[1]

Nuno Sardinha Monteiro[2]

2011/04/16

A INTERVENÇÃO DA NATO NA LÍBIA. FICÇÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/12/09

O CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO À ESPERA DA REUNIÃO DE MINISTROS DA DEFESA EM JUNHO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/11/26

O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (II PARTE)

Francisco Proença Garcia[1]

2010/11/25

O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (I PARTE)

Francisco Proença Garcia[1]

2010/11/16

A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Luís Brás Bernardino[1]

2010/11/07

As “NOVAS MISSÕES” DA NATO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/10/18

RÚSSIA, PARCEIRO INDISPENSÁVEL?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/10/09

A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA EUROPA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2010/09/24

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO. DUAS QUESTÕES POLÉMICAS[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/09/21

OTAN 2020 – REFORÇO DA DEFESA COLECTIVA E AFIRMAÇÃO DA SEGURANÇA COOPERATIVA – O MODELO POSSÍVEL, NECESSÁRIO OU DE TRANSIÇÃO?

Rui Ribeiro Vieira[1]

2010/09/17

PORTUGAL, A NATO, O ATLÂNTICO SUL E O BRASIL

João Brandão Ferreira

2010/08/19

A DEFESA ANTI-MÍSSIL. PRIORIDADE PARA A NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/08/11

O QUE SERÁ VENCER NO AFEGANISTÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/05/18

O RELATÓRIO ALBRIGHT

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/22

As ARMAS NUCLEARES DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/15

As RELAÇÕES NATO/UE

Alexandre Reis Rodrigues

2010/02/19

TOWARDS A HOLISTIC VIEW OF WARFARE

João Vicente[1]

2010/02/16

DAS “NOVAS CRISES”: BREVES CONTRIBUTOS PARA A SUA CLARIFICAÇÃO CONCEPTUAL

Luís Falcão Escorrega[1]

2010/01/21

O PLANEAMENTO POR CENÁRIOS NUM MUNDO INCERTO

Daniela Siqueira Gomes

2010/01/04

INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA ACTUALIDADE - ENTENDIMENTO E APLICAÇÕES[1]

Nanahira de Rabelo e Sant"Anna[2] (Brasil)

2009/11/14

COMPROMISSOS BRASILEIROS COM A GLOBALIZAÇÃO: AS OPERAÇÕES DE PAZ?

Oliveiros S. Ferreira (Brasil)

2009/09/17

INTERNATIONAL SECURITY AND NATO[1]

Inês de Carvalho Narciso

2009/09/14

A «AFEGANIZAÇÃO» DA ESTRATÉGIA DA ISAF

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/01

AS ARMAS NUCLEARES E A REVISÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2009/07/28

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2009/05/14

OS GRANDES DESAFIOS DA NATO[1]

Victor Marques dos Santos[2]

2009/05/13

A NATO[2]

Francisco Proença Garcia[1]

2009/04/07

A SOLUÇÃO POLÍTICA PARA O AFEGANISTÃO E A UE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/02/01

QUO VADIS NATO? – OS GRANDES REPTOS PARA A ALIANÇA

Luís Falcão [1]

2008/10/24

RÚSSIA - A DOCTRINA MEDVEDEV

Alexandre Reis Rodrigues

2008/10/01

A NATO, A UCRÂNIA E A ESQUADRA RUSSA DO MAR NEGRO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/09/06

A TURQUIA E O CONFLITO NA GEÓRGIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/27

ATÉ ONDE IRÁ A RÚSSIA, DEPOIS DA GEÓRGIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/20

A GEÓRGIA E O RELACIONAMENTO DO OCIDENTE COM A RÚSSIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/14

OS ACONTECIMENTOS NO CÁUCASO E OS JOGOS OLÍMPICOS

Luís Falcão

2008/08/11

GEÓRGIA: MAIS LONGE DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/26

SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/04/26

Os SISTEMAS LOGÍSTICOS NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Pereira de Melo[1]

2008/03/07

QUE ESTRATÉGIA SEGUIRÁ A RÚSSIA NA INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/01

QUE ESPERAR DA CIMEIRA DE BUCARESTE?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/01/06

CRIMINALIDADE ORGANIZADA, TERRORISMO E INTELLIGENCE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO[1]

Fernando Silva Chambel[2]

2007/12/28

PORQUE ESTÁ EM CAUSA O TRATADO CFE

Alexandre Reis Rodrigues

2007/12/27

RÚSSIA SUSPENDE PARTICIPAÇÃO NO TRATADO DE FORÇAS CONVENCIONAIS DA EUROPA

Marcelo Rech[1]

2007/12/21

KOSOVO. MAIS UM COMPASSO DE ESPERA!

Alexandre Reis Rodrigues

2007/12/16

PARA ALÉM DA GUERRA[1]

Sandro Mendonça[2]

2007/12/12

A MELHOR FORMA DE COMEMORAR OS 60 ANOS DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/11/11

WAR IN THE XXI CENTURY[1]

Francisco Proença Garcia

2007/10/21

DARFUR: O SILÊNCIO E A ESPERANÇA DA ÚLTIMA FRONTEIRA

Francisco José Leandro

2007/10/11

A GEÓRGIA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/10/04

A RÚSSIA PÓS PUTIN

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/17

UCRÂNIA. ELEIÇÕES DENTRO DE DUAS SEMANAS

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/17

AFEGANISTÃO FORA DE CONTROLE

Marcelo Rech[1]

2007/08/03

RÚSSIA DECLARA MORATÓRIA AO TRATADO DE REDUÇÃO DAS FORÇAS CONVENCIONAIS NA EUROPA

Marcelo Rech[1]

2007/07/29

A VERTENTE DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA NATO: UMA DUPLICAÇÃO DO PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS?

Nélia Rosário Ribeiro

2007/06/25

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA. RESPONSABILIDADE DA NATO? (II PARTE)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/19

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA: RESPONSABILIDADE DA NATO?[1]

Alexandre reis Rodrigues

2007/04/27

POLÍTICA DE DEFESA E INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: PRIORIDADES PARA UM PAÍS COMO O BRASIL [1]

Fábio Pereira Ribeiro[2]

2007/04/19

THE TALIBAN THREAT IS NOT JUST AMERICA'S BURDEN[1]

Robert Hunter[2]

2007/04/15

SEGURANÇA E DEFESA: UM ÚNICO DOMÍNIO?

Francisco Manuel Gomes[1]

2007/04/01

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA. UM PROBLEMA PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/03/24

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (3ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/03/23

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (2ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/02/13

A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]

João Vicente[2]

2006/11/23

LAS GUERRAS QUE NOS VIENEN

Miguel Fernández y Fernández [1]

2006/10/27

A GEÓRGIA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/10/26

A CAMINHO DE RIGA, PELO AFGANISTÃO[2]

Miguel Moreira Freire[1]

2006/10/26

A GEOPOLÍTICA DE RATZEL, LA BLACHE E KJELLEN E O ECLODIR DA I GRANDE GUERRA

Hugo Palma[1]

2006/10/19

A UTILIDADE DA FORÇA. A ARTE DA GUERRA NO MUNDO MODERNO[1]

Miguel Moreira Freire

2006/09/11

O IMPASSE AFGÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/13

UM ACORDO DE CESSAR-FOGO SEM DATA MARCADA?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/07

LÍBANO. AS SAÍDAS DA CRISE

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/02

A ESTRATÉGIA DO HEZBOLLAH NA GUERRA CONTRA ISRAEL

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/01

A ESTRATÉGIA ISRAELITA NO LÍBANO. ACABARAM AS VITÓRIAS RÁPIDAS?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/07/30

LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]

Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)

2006/07/20

AFEGANISTÃO. A HISTÓRIA VAI REPETIR-SE?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/07/18

O FUTURO DA NATO

António Borges de Carvalho

2006/07/17

A CIMEIRA DA NATO EM RIGA

Alexandre Reis Rodrigues

2006/01/22

EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?

João Nuno Barbosa

2006/01/03

CONCEITOS E ESTRATÉGIAS. O FIM DO PORTUGAL DO MINHO A TIMOR

João Brandão Ferreira

2005/12/18

É TEMPO DE MUDAR! DIZ AZNAR.

Alexandre Reis Rodrigues

2005/11/29

NATO OU PESD? OU AMBAS?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/11/03

A TRANSFORMAÇÃO DOS CONFLITOS ARMADOS E AS FORÇAS RMC

Francisco Proença Garcia

2005/11/01

UCRÂNIA. A CAMINHO DA NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/10/06

O QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/09/23

AS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS E A SEGURANÇA DOS ESTADOS

Francisco Proença Garcia

2005/09/23

AS GUERRAS DO TERCEIRO TIPO E A ESTRATÉGIA MILITAR

Francisco Proença Garcia

2004/12/13

A NOVA OTAN?

Maria João Militão Ferreira

2004/08/10

A NATO E A CIMEIRA DE ISTAMBUL

Alexandre Reis Rodrigues

2004/04/08

O ALARGAMENTO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2004/04/08

O ALARGAMENTO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2004/03/16

A NATO E O MÉDIO ORIENTE

Alexandre Reis Rodrigues

2004/01/07

A TRANSFORMATION EN LA OTAN

Almirante SPN Miguel A. Fernández y Fernández (SACLANTREPEUR)

2003/12/03

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (V)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/11/11

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (IV)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/27

AS CRISES DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/20

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (III)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/09

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/08

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues